

Alexandre Rocha Pintal

DIREITO IMIGRATÓRIO

**SERVIÇO PÚBLICO MIGRATÓRIO
VISTOS
ACORDOS DE RESIDÊNCIA
NATURALIZAÇÃO**

Atualizado até a RN 115/2014 CNIg

**3ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5099-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Pintal, Alexandre Rocha.

P659 **Direito imigratório./ Alexandre Rocha Pintal./ 3ª edição./**
Curitiba: Juruá, 2015.
428p.

1. Imigração – Legislação. 2. Direito internacional público.
I. Título.

CDD 341(22.ed.)

CDU 341

000019

SUMÁRIO

PARTE GERAL

I	LIÇÕES PRELIMINARES	33
1	Introdução	33
2	O fluxo migratório internacional	36
3	O fluxo migratório brasileiro	37
4	O perfil socioeconômico do imigrante no Brasil	47
II	O CONTROLE IMIGRATÓRIO	49
1	Introdução	49
2	Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINPI)	51
3	Função consular	53
3.1	Lista de Controle Consular (LCC)	55
4	Área de Controle Integrado no âmbito do Mercosul e Bolívia	56
4.1	Fiscalização aeroportuária	56
III	MARCOS TEÓRICOS	57
1	A doutrina da segurança nacional	57
2	O problema das epidemias	59
3	O exame de saúde	62
4	O problema da informação criminológica	63
5	O problema da igualdade	64
6	O problema da soberania	71
7	As concepções tradicionais de soberania e a busca por um novo conceito	73
8	O papel do Poder Judiciário no exercício da soberania popular	77
9	O que se deve entender por soberania no século XXI	78
10	A personificação jurídica do estrangeiro	80

11	A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro	82
12	Estado de Direito Constitucional	83
13	O problema das minorias étnicas	85
14	O problema da exclusão social	86
15	O problema da discricionariedade	87
16	O problema da motivação	93
IV	AUTONOMIA DO DIREITO IMIGRATÓRIO	97
1	Introdução	97
1.1	A influência do pragmatismo e do utilitarismo	99
1.2	A autonomia do Direito Imigratório	100
2	Existência, validade, eficácia e efetividade das normas jurídicas	101
2.1	A função migratória	102
2.2	Natureza jurídica dos atos de imigração	102
2.3	Direito subjetivo	103
3	Princípios de Direito Imigratório	104
3.1	Princípio da dignidade da pessoa humana	105
3.1.1	Princípio da fraternidade	108
3.2	Princípio da legalidade	109
3.2.1	Princípio da razoabilidade	110
3.2.2	Princípio da proporcionalidade	111
3.3	Princípio da impessoalidade	111
3.4	Princípio da moralidade	112
3.5	Princípio da publicidade	112
3.5.1	Princípio da transparência	112
3.5.2	Princípio da motivação	113
3.6	Princípio da eficiência	114
3.7	Princípio da soberania	114
3.8	Princípio do livre exercício profissional	115
3.8.1	Princípio do livre acesso aos cargos públicos	117
3.9	Princípio da igualdade relativa entre naturalizados e nacionais	117
3.10	Princípio da pretensão resistida ou contenciosidade moderada	118
3.11	Princípio da norma mais favorável	119
3.12	Princípio da prioridade do interesse público	122
3.13	Princípio da reciprocidade	123

3.14	Elementos de conexão	124
3.14.1	Princípio da proximidade ou dos vínculos mais estreitos	124
3.15	Princípio da proteção familiar	125
3.16	Princípio da segurança da Sociedade e do Estado	125
3.17	Princípio da confidencialidade	126
3.18	Princípio da segurança jurídica	126

V	STATUS JURÍDICO DO ESTRANGEIRO	129
V.I	– ENTRADA	129
1	Introdução	129
2	Entrada	130
2.1	Quadro Geral de Regime de Vistos (QGRV)	131
3	Eficácia da lei estrangeira	138
4	O sentido do termo “residência” do art. 5º, <i>caput</i> , da Constituição Federal	138
5	O sentido do termo “residência” na Lei 6.815/80	140
6	Entrada de Marítimos	141
7	Entrada de Tripulação Aérea	142
V.II	– ESTADA (PERMANÊNCIA TEMPORÁRIA OU PROVISÓRIA) ...	142
1	Introdução	142
2	O direito à vida	143
3	A pena de morte no Brasil	145
4	O direito à liberdade	145
5	A liberdade de locomoção	146
6	Acesso ao transporte público e privado	146
7	Autorização de viagem para crianças e adolescentes	146
8	Tráfego com veículo, Carteira de Habilitação e acidentes	147
9	Prisão administrativa	149
10	A liberdade de expressão	151
11	O direito de propriedade	152
12	Função social	152
13	Competência em relação a bens imóveis	153
14	Competência em relação a bens móveis	153
15	Sucessão de bens de estrangeiro	154
16	Mecanismos de proteção possessória	154
17	Limitações à aquisição imobiliária por parte de estrangeiro	154
17.1	Parecer CGU/AGU 01/08	158

18	Aporte e remessa de capitais	159
19	Operações cambiais	160
	19.1 Multas	161
	19.2 Cadastro de Empresas (CADEMP)	162
20	Outros direitos civis	162
V.III – SAÍDA E RETORNO		163
1	Introdução	163
2	A saída e a contagem de prazo para a permanência e a naturalização ...	164
3	Impedimentos de retorno	165
V.IV – PERMANÊNCIA (PERMANÊNCIA DEFINITIVA OU RESI- DÊNCIA)		165
1	Introdução	165
2	Concessão de permanência e conversão do visto temporário em per- manente	166
3	Impedimentos de conversão	169
4	Tendências	169
5	Linhas gerais sobre o Visto de Trabalho	171
6	Direitos trabalhistas	172
	6.1 Chamamento autônomo e recrutamento	173
	6.2 Limitações formais às alterações da matriz normativa traba- lhista	173
7	A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	173
8	A proteção do mercado de trabalho nacional	173
9	A proporcionalidade entre empregados estrangeiros e nacionais	175
10	Equiparação salarial entre estrangeiros e nacionais	177
11	Relação anual de empregados estrangeiros	177
12	Penalidades por infrações na contratação de estrangeiros	178
13	Disposições especiais sobre a contratação de marinheiros estran- geiros	178
14	Leis especiais	179
15	Dos crimes contra a organização do trabalho	180
16	Ingresso de estrangeiros em cargos públicos	180
	16.1 Admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades	181
17	Revalidação de diplomas de curso superior	181
	17.1 Reconhecimento de certificados de estudos de nível funda- mental e médio.....	182

18	O direito à educação	183
19	O direito à seguridade e à assistência social	183
19.1	Acordos Internacionais	184
19.2	Acordo de Seguridade Social do Mercosul e Regulamento	184

PARTE ESPECIAL

VI	DOCUMENTOS DE VIAGEM	187
1	Introdução	187
1.1	Circulação de residentes no âmbito do Mercosul	188
1.2	Programa de Modernização, Agilização e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP)	189
2	Passaporte	189
2.1	Passaporte comum	190
2.1.1	Dispositivos de segurança	191
2.1.2	Cooperação consular no Mercosul	192
2.2	Passaporte para estrangeiro	193
2.3	Passaporte de emergência	193
2.4	Passaporte diplomático	194
2.4.1	Notas verbais do Itamaraty	194
2.4.2	Carteira de matrícula consular	195
2.5	Passaporte oficial	196
2.6	<i>Laissez-Passer</i>	196
2.7	Autorização de retorno	196
2.8	Salvo-conduto	197
2.9	Cédula de identidade civil, certificado de membro de tripulação de transporte aéreo e carteira de marítimo.....	197
3	Sistema de Controle e Emissão de Documentos de Viagem.....	197
VII	VISTOS	199
1	Conceito	199
2	Vistos de entrada	200
2.1	Extensão aos dependentes	203
2.2	Hipóteses de dispensa de visto	204
3	Visto de trânsito (VITRA)	204
4	Visto de turista (VITUR)	205

4.1	Vistos de curta duração no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	207
5	Visto de cortesia (VICOR)	208
6	Visto oficial (VISOF)	209
7	Visto Diplomático (VIDIP)	209
8	Vistos temporários (VITEM)	210
8.1	Vitem I – missões culturais, de pesquisa ou estudos, estágio e treinamento desportivo	211
8.1.1	Visto para intercâmbio estudantil	211
8.1.2	Visto para estágio	212
8.1.3	Visto para atletas amadores maiores de 14 anos e menores de 21 anos	213
8.1.4	Visto para artista ou desportista sem vínculo empregatício	214
8.1.5	Visto para serviço voluntário	215
8.1.6	Visto ao abrigo de acordo de cooperação internacional ...	216
8.1.7	Vistos para conferências, seminários, congressos e reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento; para cooperação científico-tecnológica; e para cientistas, pesquisadores, professores ou profissionais sob contrato de trabalho ou aprovados em concurso público em instituição brasileira de ensino e/ou pesquisa	217
8.1.8	Vistos para trabalho de estudante em gozo de férias acadêmicas de instituição de ensino estrangeira	218
8.1.9	Visto para estrangeiro que pretenda realizar investigações para a elaboração de proposta licitatória na concessão de trechos ferroviários.....	219
9	Visto para tratamento de saúde	219
10	VITEM II – viagem de negócios, adoções, filmagens, tripulante desprovido da carteira internacional correspondente	220
10.1	Visto para reportagem ou filmagem, gravação ou captação de imagens	220
11	VITEM III – Artista e desportista	220
12	VITEM IV – Estudante e/ou bolsista de instituição de ensino brasileira, inclusive de formação religiosa	221
13	VITEM V – profissional sob regime de contrato de trabalho, voluntário em assistência social e religioso leigo, assistência técnica, treinamento profissional, residência médica e estágio cultural	221

13.1	Visto para atleta profissional com vínculo empregatício no Brasil	221
13.2	Visto para estágio cultural	222
13.3	Visto para empregados em embarcações de longo curso	222
13.4	Visto para tripulante de embarcação de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira	223
13.5	Visto para estrangeiro sob contrato de transferência de tecnologia e prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo empregatício ou em situação de emergência	224
13.6	Visto para trabalho	226
	13.6.1 Autorização para trabalho	228
	13.6.2 Cadastro Eletrônico de Entidades Requerentes de Autorização para Trabalho de Estrangeiros (CERTE)	229
13.7	Visto para estrangeiro vinculado a grupo econômico transnacional cuja matriz seja empresa brasileira	231
13.8	Visto para trabalho em embarcação ou plataforma estrangeira ..	232
13.9	Visto para empregado a bordo de embarcação estrangeira, sem vínculo empregatício no Brasil e sem carteira de marítimo	234
13.10	Visto para treinamento profissional posterior à conclusão de curso superior ou profissionalizante, sem vínculo empregatício no Brasil	236
13.11	Chamada de mão de obra para serviço ao governo brasileiro	236
13.12	Visto para intercâmbio profissional	237
13.13	Visto temporário e Autorização de Trabalho para estrangeiros que pretendam trabalhar na Copa das Confederações (2013), na Copa do Mundo (2014) e nos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos (2016)	238
13.14	Visto e Autorização de Trabalho para haitianos originários de Porto Príncipe	239
14	VITEM VI – correspondente de meios de comunicação estrangeiros ..	239
15	VITEM VII – ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa, que viajem ao Brasil como missionários	240
16	Vistos permanentes (VIPER)	241
	16.1 Visto para reunião familiar	241
	16.2 Visto para aposentados	242

16.3	Visto para cientistas, investidores, dirigentes de empresas e outros	243
16.4	Visto para professor, técnico, pesquisador ou cientista	243
16.5	Visto para diretor ou administrador de entidade religiosa ou assistência social	244
16.6	Visto para administrador, gerente, diretor ou executivo de sociedade comercial	245
16.7	Visto para investidor, administrador ou diretor de empresa localizada em Zona de Processamento de Exportação	247
16.8	Visto para investidor estrangeiro, pessoa física	247
16.9	Visto com base em união estável	249
16.10	Visto para estrangeiros que perderam a condição de permanência por ausência do país	251
16.11	Permanência definitiva para asilados e refugiados	252
16.12	Visto para representante de instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior	252
16.13	Visto para estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas	253
17	Casos omissos	254
17.1	Procedimento	255
VIII REGISTRO CIVIL E EMPRESARIAL DE ESTRANGEIROS		257
1	Introdução	257
1.1	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	258
1.2	Registro civil e trabalhista para fronteiriços	259
1.2.1	Trânsito vicinal fronteira entre os Estados-Parte do Mercosul	259
1.3	Renovação de CIE/RNE	260
1.4	Alteração de assentamentos	261
1.5	Cancelamento e restabelecimento de registro	263
2	Registro empresarial de estrangeiros	263
2.1	Proteção do nome empresarial, propriedade industrial e direitos autorais	264
2.2	Arquivamento e averbação de atos constitutivos	265
2.3	Proteção jurídica das sociedades de responsabilidade limitada ..	269
2.4	Registro de organizações civis estrangeiras sem fins lucrativos de interesse público	270

IX	ACORDOS ESPECIAIS DE RESIDÊNCIA (PERMANÊNCIA)	273
1	Introdução	273
2	Acordos Brasil-Portugal	273
2.1	Acordo de contratação recíproca Brasil-Portugal	273
2.1.1	Visto temporário ou permanente para portugueses ao abrigo do Acordo de Contratação Recíproca	274
2.2	Regime de reciprocidade entre brasileiros e portugueses	275
2.3	Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses (Decreto 70.391/72)	276
2.4	Estatuto da Igualdade (Decreto 3.927/01)	276
2.4.1	Procedimento	277
2.5	Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	277
3	Acordos no âmbito do Mercosul	278
3.1	Acordo de Residência do Mercosul, Bolívia e Chile	279
3.2	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul	280
3.3	Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados-Partes do Mercosul, Bolívia e Chile	282
3.4	Acordo sobre Regularização Migratória do Mercosul, Bolívia e Chile	282
4	Acordo de permanência Brasil-Argentina	283
4.1	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais Brasil-Argentina	284
4.2	Tratado de São Borja para dispensa de vistos de entrada Brasil-Argentina	285
5	Acordo de Regularização Migratória Brasil-Bolívia	286
5.1	Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	287
X	NACIONALIDADE	289
1	Conceito	289
1.1	Nacionalidade originária e derivada	290
1.2	Perda da nacionalidade brasileira	292
1.2.1	Procedimento	297
1.3	Reaquisição da nacionalidade brasileira	299
1.3.1	Procedimento	299
1.4	Perda da nacionalidade estrangeira	300

1.5	Opção de Nacionalidade	300
1.5.1	Reexame necessário	301
XI	NATURALIZAÇÃO	303
1	Introdução	303
1.1	Espécies de naturalização	305
2	Naturalização extraordinária	306
3	Naturalização ordinária	307
3.1	Procedimento	309
4	Naturalização especial	312
5	Naturalização provisória e conversão em naturalização definitiva	312
5.1	Procedimento	313
6	Efeitos da naturalização	313
7	Declaração de nulidade de naturalização	313
8	Os direitos políticos	314
8.1	Cidadania	314
8.2	Direitos políticos dos naturalizados	315
8.3	Alistamento e inscrição eleitoral	316
8.4	Perda, suspensão e reaquisição de direitos políticos	317
8.5	Inscrição partidária	317
8.6	Campanha eleitoral efetuada por estrangeiro	318
XII	MEDIDAS SANCIONATÓRIAS	319
1	Deportação	319
1.1	Procedimento	320
2	Expulsão	320
2.1	Impedimentos para a expulsão	323
2.2	Procedimento	327
2.3	Crimes	329
2.4	Crime de reingresso de estrangeiro expulso	330
2.5	Impedimento ao ato expulsório como causa excludente de tipicidade e antijuridicidade	332
2.6	Classificação e competência	333
2.7	Reingresso de estrangeiro expulso e direito de visita	334
3	Multa	335
3.1	Lavratura de auto e processo administrativo de liquidação da multa	337

4	Extradição	338
4.1	Competência	338
4.2	Restrições constitucionais	339
4.3	Restrições legais	340
4.4	Concurso de preferência para a extradição	340
4.5	Procedimento	341
4.6	Controle de legalidade estrita	344
4.7	Princípio da especialidade	346
4.8	Princípio da dupla tipicidade	346
4.9	Princípio da anterioridade	348
4.10	Princípio da consunção	348
4.11	Comutação de pena	348
4.12	Exposição e instrução da causa	348
4.13	Dupla nacionalidade	349
4.14	Casamento e filiação	350
4.15	Tratados de Extradição firmados pelo Brasil	351
4.16	Difusão internacional ou difusão vermelha	352
4.17	Banimento	353
XIII	INSTITUTOS CORRELATOS	355
1	Retirada	355
1.1	Repatriação	355
1.2	Responsabilidade do transportador	356
1.3	Repatriação de marítimos	356
2	Asilo político ou diplomático e asilo territorial	359
2.1	Procedimento	362
2.2	Disposições gerais	363
3	Refúgio	363
3.1	Marcos regulatórios	364
3.2	Beneficiários	365
3.3	Cessação e perda da condição de refugiado	365
3.4	Direitos civis e trabalhistas	366
3.5	Procedimento	366
	3.5.1 Recurso	368
3.6	Comitê Nacional para Refugiados (Conare)	369

3.6.1	Fundado temor de perseguição	369
3.6.2	Princípio do <i>in dubio pro</i> refugiado	374
3.6.3	Princípio da vulnerabilidade	375
3.6.4	Generalizada violação de direitos humanos	378
3.6.5	Refúgio <i>sur place</i>	379
3.6.6	Instruções normativas	379
3.7	Refúgio e extradição	380
3.8	Refúgio e expulsão	382
3.9	Refúgio e repatriação	382
3.10	Reassentamento	382
3.11	Estatuto dos Refugiados	383
4	Requisição de menores raptados	384
5	Alimentos no plano internacional	386
6	Anistia imigratória	388
7	Homologação de sentenças estrangeiras e <i>exequatur</i>	391
8	Apatridia	393
8.1	Princípio da não discriminação	393
8.2	Princípio da norma mais favorável	394
9	Transferência internacional de presos	395
9.1	Procedimento	396
10	Permanência de estrangeiro condenado criminalmente	396
	REFERÊNCIAS	397
	ÍNDICE ALFABÉTICO	403